

CAMPANHA SALARIAL 2025

POSTURA DA PETROBRÁS EMPURRA CATEGORIA PARA A GREVE

A conjuntura e a postura da empresa estão empurrando a categoria para a greve. A Petrobrás precisa avançar, **respeitar os trabalhadores** e apresentar um ACT compatível com a riqueza que a categoria produz. **PÁGINA 3.**



PRESSÃO DO SINDICATO GARANTE AVANÇOS NO ACESSO A EPIs NA REFAP

No PAPO DIRETO ONLINE (PDO) da sexta (28), a presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, falou sobre os **avanços conquistados no acesso aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**. Ela destacou que os **resultados são fruto da luta sindical**, mas criticou a demora da empresa em adotar soluções básicas e essenciais. Segundo ela, é preciso reforçar que essa é uma obrigação mínima da companhia e que a cobrança precisa ser permanente.

Os avanços se dão após anos de denúncias, pressão nos fóruns de SMS, cobranças formais e diálogo insistente com a gestão, a Refap. A **abertura de um novo espaço de retirada** e a **promessa de desburocratização do processo** são resultado da atuação constante do Sindipetro-RS. “Os EPIs são a última barreira de proteção. Nunca deveriam ter sido tratados como favor ou como item de acesso dificultado. Se está avançando agora, é porque a categoria cobrou muito”, destacou Miriam.

Miriam relembrou a recente **audiência pública sobre benzeno no Senado**, em que um representante patronal

afirmou que “existia benzeno até em protetor solar”. A dirigente esclareceu que se tratou de um caso isolado de contaminação ocorrido no ano passado, quando a Johnson & Johnson recolheu alguns lotes de protetor solar. “Esses absurdos mostram o quanto precisamos estar atentos. Eles tentam empurrar desinformação para minimizar riscos, como se o benzeno fosse algo inofensivo”. Para ela, afirmações desse tipo tentam distorcer debates que envolvem saúde, segurança e direitos, especialmente no caso de um agente cancerígeno que impacta na aposentadoria especial.

ESPAÇO ESPECÍFICO - A partir de agora, a retirada dos EPIs passa a ocorrer em um espaço específico: a **Sala de Expedição de EPIs**, localizada ao leste do Armazém S1, na Rua 11. O local oferece provador, facilitando a escolha correta dos tamanhos; proximidade com o estoque, agilizando trocas e ajustes; e um atendimento estruturado para reduzir o tempo de retirada.

Mesmo sendo um avanço, o Sindicato lembra que isso deveria existir

há muito tempo. A antiga burocracia expunha trabalhadores a riscos, inclusive em paradas de manutenção. “Nós tivemos casos de liberação de unidade com exposição ao benzeno e sem filtro adequado. É inadmissível que EPI básico falte”, afirmou Miriam.

COBRANÇAS CONTINUAM - Miriam classificou como uma “vitória parcial” o compromisso da empresa de desburocratizar o procedimento de retirada. O Sindicato segue pressionando por soluções modernas e eficientes, como máquinas automáticas de distribuição de EPIs registradas por crachá.

O Sindicato defende que qualquer trabalhador, inclusive em turno noturno, possa **retirar EPIs sem depender da disponibilidade de chefias ou de setores fechados**. Por isso é preciso manter a pressão e garantir pleno acesso aos equipamentos de proteção ●



PACTO 25 I

Representantes do Sindipetro-RS participaram, dia 28/12,, de reunião com o **Ministério do**

Desenvolvimento Agrário (MDA), Petrobrás e o presidente da **Assembleia Legislativa**, Pepe Vargas, para dar sequência à proposta mais votada do Eixo Sustentabilidade: a construção de uma política de transição energética justa no RS, integrando agricultura familiar e biorefino. Lembrando que **a proposta do Sindicato foi uma das mais votadas** nas etapas de escolha.

PACTO 25 II

O Sindipetro-RS defendeu a **inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biorefino**. A entidade alerta que não faz sentido exportar matérias-primas, como carinata e óleo de soja, enquanto o Estado deixa de industrializar e gerar empregos localmente.

PACTO 25 III

A categoria cobra que a Refap também receba investimentos em

unidades de biorefino, já que o atual planejamento da Petrobrás concentra a produção de combustíveis renováveis na Refinaria Riograndense. Os projetos previstos para a Refap na área de HDT3 não contemplam uma unidade de biorefino, a produção de SAF ou a produção de diesel R. Para o Sindicato, deixar a Refap fora desse processo é arriscado e prejudica o desenvolvimento regional.

PACTO 25 IV

O Sindicato também reforçou que o RS precisa liderar a produção de SAF e diesel renovável. Enquanto a Reduc já atrai companhias aéreas interessadas no combustível sustentável de aviação, o Estado, mesmo tendo um aeroporto ao lado, ainda não recebe investimentos. Para os petroleiros, isso compromete empregos, soberania energética e uma transição realmente justa, soberana e popular.

REUNIÃO I

No mesmo dia em que os petroleiros estiveram reunidos com o ministro Boulos (19/11), houve um encontro com o líder do PT na Câmara, **deputado Lindbergh Farias**, onde foram

tratados dois importantes pontos para a categoria: o **regime offshore** e a **aposentadoria especial**. Em relação ao primeiro tema, foi exposto que algumas empresas, principalmente privadas, adotam o regime 14/14, penoso para os trabalhadores e diferente da Petrobrás, que utiliza o regime 14/21. O parlamentar apresentou um projeto de lei para unificar o regime offshore, **garantindo 14/21 para todas as empresas**.

REUNIÃO II

O outro tema tratado com o deputado, referente à **aposentadoria especial**, destacou a questão do benzeno. Os dirigentes sindicais alertaram que os petroleiros já têm direito à aposentadoria especial, pois o benzeno é cancerígeno e não existe quantidade segura de exposição. Ainda assim, precisam recorrer à Justiça para ter o benefício reconhecido, mesmo sendo amplamente comprovado o risco. No entanto, **o projeto de lei em discussão não inclui os trabalhadores expostos ao benzeno**, sendo necessária essa inclusão para garantir o acesso facilitado à aposentadoria especial para esses trabalhadores/as.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

CAMPANHA SALARIAL 2025

POSTURA DA PETROBRÁS EMPURRA CATEGORIA PARA A GREVE

Durante o PDO da sexta (28), a diretora do Sindipetro-RS e dirigente da FUP, Nalva Faleiro, fez um balanço das negociações do **Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)**, detalhou as dificuldades impostas pela Petrobrás e apresentou os próximos passos que a categoria tratará nas assembleias.

Segundo ela, após mais de duas semanas de reuniões temáticas, a empresa não apresentou avanços reais em pontos essenciais da pauta, frustrando as expectativas da categoria e ignorando questões que vêm sendo **discutidas há dois anos nas comissões permanentes**.

PROPOSTAS "MUITO AQUÉM" E NEGOCIAÇÕES TRAVADAS

Nalva lembrou que a FUP apresentou, na primeira rodada, toda a pauta reivindicatória ponto a ponto, em nove reuniões, detalhando temas como SMS, jornada, frequência, combate à violência laboral, entre outros. "A proposta que a empresa trouxe depois de tudo isso foi muito aquém do que anseia a categoria. Muitos dos pontos já vinham sendo debatidos desde o ACT anterior, e mesmo assim a gestão não apresentou nenhum avanço concreto", afirmou.

Em nova rodada, com foco nos **três eixos** aprovados em assembleia, a Petrobrás novamente foi evasiva. "Eles dizem que têm 'convergência', mas não



mostram nada na mesa. Não houve sinalização concreta em pontos centrais, nem em temas de SMS e combate à violência no trabalho, que são prioridades para os trabalhadores."

Além da falta de avanço, Nalva denunciou medidas intransigentes da Petrobrás durante o processo negocial, como os desimplantes forçados de trabalhadores offshore, sem negociação e sem aviso prévio; demissões de terceirizados no E&P, reduzindo efetivos e prejudicando a operação das plataformas; e falta de diálogo e negativa da empresa em suspender essas medidas enquanto o ACT está em negociação, são alguns pontos. "A empresa segue desimplantando trabalhadores à revelia, sem negociação e sem planejamento. É inaceitável", afirmou Nalva.

A gestão também resiste a avançar em temas históricos como hora extra de troca de turno, saldo AF, retorno

de férias, fim da folga suprimida, banco de horas e regimento de tele-trabalho.

PRAZO ATÉ 02/12

Diante da postura da empresa, a FUP enviou um ofício cobrando avanços nos eixos da campanha e estabeleceu **prazo até 02/12** para que a Petrobrás apresente uma contraproposta formal, com avanços concretos e proposta financeira. Independente da resposta, as assembleias estão mantidas. Caso a empresa não avance, a Federação está indicando **greve a partir do dia 15/12**. "A greve é o último recurso da classe trabalhadora. Nós sempre buscamos o acordo na mesa. Mas, se estamos numa situação grave e a empresa não sinaliza avanço, é nosso dever intensificar a luta".

AGENDA DE ASSEMBLEIAS

Data	Horário	Local
03/12	07:45	REFAP
04/12	07:45	UTE
04/12	17:30	Delegacia Canoas
05/12	07:30	TENIT
05/12	19:45	REFAP
08/12	07:45	REFAP
09/12	07:30	TERIG
09/12	19:45	REFAP
10/12	07:45	REFAP
11/12	07:30	TEDUT

PRINCIPAIS PONTOS PARA OS PETROLEIROS

CATEGORIA	ITENS
Relações sindicais	Retorno das comissões de anistia; reuniões presenciais; voto dos trabalhadores de turno; liberações sindicais; negociação coletiva de remuneração variável; novo PCS
Prestação de serviços	Fundo garantidor contra calotes; novo modelo de contratação; fiscalização dos contratos; piso salarial; plano de saúde para dependentes; diretrizes de trabalho decente e transição energética justa
AMS e Petros	Fim do saldo devedor; equacionamentos; retorno de beneficiários excluídos; fundo de sustentabilidade; plano especial para pais e mães; melhorias no Benefício Farmácia
E&P e offshore	Suspensão dos desimplantes; garantia do teletrabalho no regime especial; fim da folga suprimida; cobertura de deslocamentos; regime para descomissionamento; técnicos de enfermagem próprios
Parada de manutenção	Acordo nacional; condições adequadas; valorização dos trabalhadores do turno e administrativo
Frequência	Fim do saldo AF; fim do banco de horas; revisão da HETT; tabelas de turno; jornada menor sem redução salarial; adicional de sobreaviso; abono de datas festivas
Benefícios	Ampliação do auxílio creche; benefícios educacionais com reembolso de 90%; vale-cultura; alimentação fora da jornada; opção entre VA/VR
SMS e combate à violência no trabalho	Recomposição de efetivos; fortalecimento das CIPAs; direito de recusa; combate ao assédio; apoio a vítimas de violência doméstica; acessibilidade; estrutura feminina; saúde mental; vacinação; equipes próprias de combate a incêndio

CALENDÁRIO DE LUTAS

Data	Evento
02/12	Prazo para a Petrobrás apresentar posicionamento quanto aos eixos da campanha, contraproposta, suspensão dos desimplantes no E&P Offshore e demissões no E&P Onshore
02 a 11/12	Assembleias devem ser realizadas conforme orientações acima
11/12	Início do Acampamento pelo Fim dos PEDs Assassinos
15/12	Início da greve no E&P e outras unidades que conseguirem iniciar
17/12	Início da greve no Refino e outras unidades operacionais

sindipetro-rs.org.br

PETROBRÁS PRECISA RESPEITAR OS TRABALHADORES

A conjuntura e a postura da empresa estão empurrando a categoria para a greve. A Petrobrás precisa avançar, respeitar os trabalhadores e apresentar um ACT compatível com a riqueza que a categoria produz. "Nós queremos avançar. Queremos um acordo digno. Mas se a empresa não sinalizar, a categoria vai responder. A greve é o último recurso, e estamos caminhando para ele, porque a situação é grave", concluiu.

O Sindipetro-RS segue mobilizando, fortalecendo a unidade e chamando a categoria para participar massivamente das assembleias.

VIGÍLIA PELO FIM DOS PEDS

Além das assembleias, será retomado, **dia 11/12**, no Edisen (RJ), o **acampamento nacional pelo fim dos PEDs**, reforçando que o plano de equacionamentos é uma das maiores injustiças enfrentadas pelos aposentados e pensionistas. O Sindipetro-RS estará presente nesta luta.

→ AÇÃO SINDICAL

ENCHENTES NO RS: SINDICATO COBRA DO GOVERNO NEGOCIAÇÕES COM ATINGIDOS

O Sindipetro-RS participou, **dia 28/11**, de reunião na **Secretaria-Geral da Presidência da República**, realizada no Palácio do Planalto, em Brasília. Representando o Sindicato, o diretor de Aposentados, Antônio Cadore, acompanhou o coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Leonardo Maggi, e demais lideranças do movimento. O objetivo foi reforçar a necessidade urgente de reabrir e acelerar as negociações do governo federal para **garantir atendimento adequado às famílias impactadas pela enchente histórica de maio de 2024 no RS**.



Depois de ouvir as representações, o secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, Josué Rocha, assegurou que o governo retomará ainda em dezembro as tratativas entre diferentes pastas, com **prioridade para políticas de moradia e alimentação das famílias atingidas**. Ele destacou a relevância da articulação entre governo, movimentos sociais e entidades representativas, enfatizando sua admiração pelo Sindipetro-RS e reconhecendo o papel fundamental do Sindicato na defesa dos direitos da população afetada.

A enchente de maio de 2024 é considerada um dos maiores desastres da história do RS, atingindo mais de 90% dos municípios, destruindo infraestrutura, interrompendo serviços essenciais e deslocando centenas de milhares de pessoas. Muitos seguem em situação de extrema vulnerabilidade, sem condições de retorno para suas casas ou com perdas totais de seus bens.

MAB – Cadore também acompanhou lideranças do MAB em outra reunião com o secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência, onde foram tratados diversos pontos ligados à reparação, reassentamento, entre outros.

→ AÇÃO SINDICAL

CONGRESSO INIMIGO DO POVO VOLTA A ATACAR E A BOLA DA VEZ É O MEIO AMBIENTE

Mesmo com todos os alertas da COP30, os parlamentares de direita do Congresso dão mais uma demonstração do quanto estão distanciados dos interesses do país e da sociedade. **Deputados e senadores derrubaram 52 dos 63 vetos do presidente Lula à Lei Geral do Licenciamento Ambiental**, chamada por especialistas e movimentos socioambientais de **"PL da Devastação"**. A sessão recoloca em vigor dispositivos que **favorecem o grande capital, flexibilizam regras, enfraquecem o controle ambiental e aumentam os riscos para trabalhadores, comunidades e territórios tradicionais**.

Com a derrubada dos vetos, voltam a valer trechos que: **1) dispensam licenciamento para atividades classificadas como de "mínimo impacto", abrindo margem para abusos; 2) reduzem exigências de estudos prévios, incluindo EIA/RIMA; 3) ampliam licenças autodeclaratórias (LAC), sem análise técnica dos órgãos ambientais; 4) esvaziam pareceres de Funai, Iphan, Palmares e gestores de UCs, enfraquecendo a proteção a povos indígenas, quilombolas e áreas sensíveis; e 5) aceleram obras de médio impacto sem garantir salvaguardas socioambientais. Na prática, a decisão facilita a vida de grandes empreendimentos, mas aumenta os riscos de tragédias como Mariana, Brumadinho e as enchentes recentes.**

Este é mais um movimento da direita no Congresso, que derruba medidas do governo ora por interesse próprio, ora por vingança mesquinha, com o objetivo de desgastar o governo visando as eleições de 2026. Já tentaram aprovar a "PEC da bandagem", votaram uma PEC que facilita a vida das facções criminosas contra a proposta do governo Lula de fortalecer a Polícia Federal e, agora, enquanto o país enfrenta eventos climáticos extremos, desigualdade e crises humanitárias, voltam a agir para atender aos interesses do agronegócio, do mercado e de grupos regionais poderosos. **BASTA DE POLÍTICOS QUE VOTAM CONTRA O POVO!**

→ SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - **Dr. Lúcio Costa** e **Dra. Graciele Santiago Gonçalves** - Deve ser enviado um e-mail para atendimento@costaeadvogados.adv.br

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Caroline Anversa** - Agendamento através do **WhatsApp (51) 992.921.642**.

ASSISTENTE SOCIAL - **Jaqueline da Costa** - Atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 998.943.814**.

→ NOTAS

TERRAÇO PETROBRÁS

Foi inaugurado **dia 25/11** o **Terraço Petrobrás**, no 7º andar da **Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ)**, em **Porto Alegre**. O espaço conta com um jardim sensorial, que estimula os cinco sentidos por meio de cores, aromas, texturas, sons e sabores, valorizando a arquitetura do prédio histórico e oferecendo uma vista privilegiada para o Guaíba e o centro da cidade. O novo terraço integra o patrocínio da Petrobrás à CCMQ, por meio do Programa Petrobrás Cultural, reafirmando o compromisso com a cultura e a ocupação dos espaços públicos. **O local pode ser visitado de terça a domingo, das 10h às 20h.**

PETROLEIROS PELA VIDA

O Sindipetro-RS reforça que segue ativa a **campanha Petroleiros pela Vida**. A iniciativa busca apoiar famílias em situação de vulnerabilidade neste final de ano. O Sindicato reforça a importância da participação de todos e todas. As doações são essenciais para garantir alimentação e um pouco de alento a quem mais precisa. Para participar é só acessar o QRCode.

CENSURA

A Justiça Federal rejeitou a ação movida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), contra o Sintef-PB para tentar censurar uma campanha legítima do sindicato, que espalhou outdoors na cidade criticando os parlamentares que apoiaram a PEC da Blindagem. Na decisão o Juiz entende que **"não houve difamação, apenas crítica política, direito essencial em uma democracia"**. O magistrado ressaltou que agentes públicos estão sujeitos à pressão, contestação, sátira e exposição pública, e que manifestações desse tipo são democraticamente legítimas, desde que não envolvam informações falsas e que a **"tentativa de intimidar sindicatos e silenciar a crítica social não tem espaço no Estado Democrático de Direito"**.

